

REVISTA *INTER-LEGERE* ENTREVISTA¹:

Professor José Willington Germano

ENTREVISTADORA:

Professora Geovânia da Silva Toscano²**Professor José Willington Germano**

É titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Leciona no Curso de Ciências Sociais desde 1978. Nos últimos 20 anos, vem coordenando o Grupo de Pesquisa Cultura, Política e Educação, no qual é responsável pela formação de estudantes de Graduação em Iniciação Científica e de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado, dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Ciências Sociais, da UFRN. No meio acadêmico considera-se que, seus trabalhos mais relevantes giram em torno das influências de pensadores como Karl Marx, Gramsci e Boaventura

¹ Esta entrevista com o professor José Willington Germano começou a germinar em 2005 por ocasião do desenvolvimento da pesquisa intitulada “Extensão Universitária e formação cidadã”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN, no período de 2004-2006. A escolha do entrevistado ocorreu em função de sua atuação na Pró-Reitoria de Extensão da UFRN no período de 1999 a 2003. Objetivávamos com a entrevista identificar qual a compreensão de universidade e de extensão universitária e ainda, quais eram as contribuições do Programa de Ensino e Extensão Saúde e Cidadania (SACI) para a formação dos alunos da área de saúde na UFRN. Tal Programa foi criado durante esta gestão na extensão universitária da UFRN e previa a articulação de ações entre a Pró-Reitoria de Graduação e o Departamento de Saúde Coletiva no qual a experiência foi institucionalizada. Neste ano de 2012, demos continuidade a essa entrevista no sentido de atualizá-la como parte dos registros comemorativos dos 20 anos do Grupo de Pesquisa Cultura, Política e Educação, registrando de igual modo, a trajetória do entrevistado na UFRN e nesse Grupo de Pesquisa, do qual o professor é um dos líderes desde sua criação em 1992. A atualização foi realizada a partir do Memorial do Prof. Willington Germano apresentado e defendido no ano de 2006 por ocasião do concurso para professor Titular na UFRN. A edição da entrevista contou com a colaboração da Profa. Lenina Lopes Soares Silva do Instituto Federal do Rio Grande do Norte.

² Professora do Departamento de Ciências Sociais/UFPB, coordenadora do Grupo de Pesquisa Ciências Sociais, Cultura e Educação/UFPB, pesquisadora do Grupo Cultura, Política e Educação/UFRN e Grupo do Pensamento Complexo/UERN, Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais/UERN.

de Sousa Santos para pensar o Estado, o sistema capitalista, a democracia e atualmente, o processo de globalização. A educação e a preservação da cultura e das artes no espaço potiguar e brasileiro tem sido, ao longo de sua vida, motivo de denúncias e de ações, sendo esta uma das razões para coordenar a pesquisa Memórias do Brasil: Itinerários e Singularidades da Formação Social, Educativa e Cultural como forma de divulgação do pensamento social brasileiro. Em sua obra, uma tem marcado sua trajetória como pesquisador, o livro: Estado Militar e Educação no Brasil: 1964 – 1985, publicado pela Cortez, já na 5ª edição. Tem publicado ainda o livro Lendo e Aprendendo: a Campanha "De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler" que trata de um movimento educacional no RN do início dos anos 1960. Tem publicado vários trabalhos como capítulos de livros e comunicações em anais de eventos entre outros.

1 - REVISTA INTER-LEGERE: Seu percurso de vida acadêmica é conduzido por uma luta significativa pelo diálogo entre saberes e pela relação da Universidade com a comunidade. Na sua trajetória de vida o senhor teve experiências e vivências em comunidade antes de entrar na Universidade, poderia nos relatar?

As minhas preocupações políticas remontam a minha época do Ginásio, pois vivíamos um momento de muitas mudanças sociais. Quando fiz o curso ginásial em Assú na década de 1960, no Ginásio Pedro Amorim, uma escola fundada pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) que funcionava à noite, era a época do governo João Goulart, antes do golpe militar. Naquela época, o ensino básico em nível ginásial e colegial, conforme a nomenclatura então usada, tinha um razoável acento na cultura humanística. Era criticado por muitos, que o consideravam beletrista e sem conteúdo prático, acredito que por essa razão acabou se transformando em um ensino essencialmente tecnicista, pelas reformas educacionais do regime militar de 1964. Para mim, no entanto, aquele conteúdo foi muito importante, justamente pelo componente formativo que ele contemplava. Estudava-se Latim, Música, Desenho, ao lado de Português, Inglês, História, Geografia, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas. Isto foi fundamental para as minhas escolhas e definições profissionais futuras. Afinal, enfrentava um processo de transição.

Durante o curso ginasial, comecei a participar do movimento estudantil. Aqui, ocorre, outra inflexão na minha vida. Os anos de 1960 se caracterizaram pelas mobilizações sociais e políticas em favor das reformas de base. Mesmo naqueles confins, se respirava o clima político existente nas outras partes do país, no movimento estudantil, inclusive. Desde logo, participei do Grêmio do Ginásio e me envolvi nas disputas acirradas, para a Associação dos Estudantes de Assú. A clivagem esquerda e direita começava a aparecer. A favor ou contra, o governo Jango, o Imperialismo Norte-americano, as Reformas de Base, a Revolução Cubana e assim, por diante.

Estava com 16 anos, quando ocorreu o golpe de Estado militar de 1964. Todas aquelas mobilizações foram reprimidas com a caça às bruxas, então desencadeada; fui intimado a responder a um dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), instalado na época, pelo Comando Militar de Natal. Fui acusado, juntamente com outros estudantes e professores, de integrar o “Grupo dos Onze”.

No início de 1965, parti para Natal. Iria começar uma vida nova, na condição de aluno do centenário Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense e tive participação no movimento estudantil, então na clandestinidade.

A primeira coisa que me impressionou no Atheneu foi o tamanho do colégio. Uma escola enorme, com mais de um mil, talvez um mil e 500 alunos. Que diferença do meu pequeno Ginásio Pedro Amorim! O segundo aspecto a me impressionar dizia respeito ao elevado nível cultural e intelectual da minha turma, no 1º ano do curso clássico em 1965.

Naquela época, freqüentar a Biblioteca do Atheneu, bem organizada e depositária de um bom acervo me incentivou a iniciar à constituição da minha própria biblioteca adquirindo os livros na “Livraria Universitária”, que funcionava na Av. Rio Branco, com um excelente acervo e representava um centro irradiador da cultura para todo o Estado, local de importantes eventos e de lançamentos de livros; frequentei as famosas “sessões de arte” realizadas inicialmente no Cine Clube Tirol e em seguida no Cine Rex, na Av. Rio Branco;

no Cine Nordeste, na Rua João Pessoa., no Cine Poty, na Av. Deodoro e, finalmente, as sessões passaram a ser realizadas no Cine Rio Grande, também na Av. Deodoro. Devo ao cinema, inequivocamente, uma parte substancial da minha formação política e cultural.

No Atheneu fiz muitas amizades e essas me conduziram à Livraria Universitária e ao cinema de arte, logo me introduziram, também, no movimento estudantil e na militância política de resistência ao regime militar. As pessoas nem sempre atuavam nesses diferentes grupos, mas havia aqueles que estavam em todos esses espaços, como Juliano Siqueira, de quem me tornei grande amigo. Por sua influência tive uma breve militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e depois no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Atuei nas mobilizações contra a intervenção norte-americana no Vietnã que, à revelia da direção do colégio, duraram toda uma semana. Participei de um congresso estadual, clandestino, da Associação Potiguar de Estudantes Secundaristas (APES) e de um outro, de nível regional, em Recife, promovido pela UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), também clandestino.

Em 1967, fiz o vestibular em final de 1967 para Sociologia e Política e fui aprovado. Naquela época, além de provas escritas, havia os exames orais. Então, quem passava na primeira fase, teria que ser submetido a uma banca de examinadores composta por três professores. Apesar de todo nervosismo que cerca essas ocasiões, fui aprovado.

Ao entrar em 1968 no curso de Sociologia, na Faculdade de Sociologia e Política vinculada à Fundação José Augusto, instituição estadual, criada pelo governador Aluizio Alves, continuei a participar do Movimento Estudantil. O ano de 1968 como todos sabem no Brasil, é quando a Ditadura com “D” maiúsculo é implantada: o ano de Ato Institucional n. 5 (AI 5), é o período do governo Costa e Silva e depois vem o governo de Garrastazu Médici. Um grupo muito fechado. Mas mesmo assim, nós tivemos a participação estudantil nos movimentos da Faculdade.

Apesar das dificuldades próprias aos anos da Ditadura, dei um salto significativo na minha formação, inclusive nos estudos de interpretação do Brasil. A maioria do corpo docente da Faculdade não era formada por cientistas sociais, mas por pessoas com formação em direito, geografia, história, filosofia, economia e pedagogia, mas isso pouco importa. O que importa, de fato, é a competência, o preparo, a responsabilidade, o compromisso social, a criticidade, a ética, os dispositivos mentais abertos daquele Grupo de Professores que não se intimidavam diante das imposições ditatoriais.

Quando saí da Faculdade tive minha primeira inserção como professor, talvez por mero acaso, pois não me preparei e nem idealizei exercer a docência. Em março de 1972, ingressei no Movimento de Educação de Base (MEB), na condição de supervisor. O MEB era um movimento de educação popular, criado antes de 1964, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Arquidiocese de Natal. Desenvolvia programas de alfabetização e de educação de jovens e adultos (EJA), através do rádio da Emissora de Educação Rural. O MEB foi muito abalado com o golpe militar. Mas, foi como supervisor, na verdade, professor de EJA, que teve início a minha vida docente. O MEB havia sido um dos principais movimentos de educação e cultura popular dos anos 1960, ao lado do Movimento de Cultura Popular (MCP), de Recife, da Campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, de Natal, do Centro Popular de Cultura (CPC), da UNE e das experiências de Paulo Freire, sobretudo a realizada em Angicos, Sertão do Rio Grande do Norte. Como sabemos, todas essas iniciativas foram destroçadas pela repressão política desencadeada pelo golpe civil-militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart. No entanto, o MEB ainda resistia, mesmo sobre censura, aqui em Natal, Mossoró e Caicó foram os que prosseguiram. Neste Programa a gente podia fazer um trabalho crítico no contato direto com as comunidades.

Nesse trabalho como Supervisor do Movimento de Educação de Base, um Programa de Escolas Radiofônicas de Educação à distância com vários momentos presenciais nas próprias comunidades, tive uma inserção comunitária, diretamente vinculada à educação, à docência, vamos dizer,

popular no MEB. Vi nela uma forma de sentir os problemas, de me aproximar desses problemas, de ter a possibilidade de socializar os conhecimentos, o saber que adquiri no curso de graduação; e também de receber da população os saberes de sua cultura que na maioria das vezes são desconhecidos para nós. Aqueles encontros eram muito gratificantes do ponto de vista pessoal. Uma satisfação de poder compartilhar conhecimentos e de aprender com aquelas comunidades. Porque esses momentos presenciais eram feitos nas comunidades rurais, nas praias etc. Em finais de semanas ou em noites. Então, como jovem estudante, recém-graduado, eu passava três ou quatro meses sem saber o que era um final de semana, pois ia trabalhar nessas comunidades. Sendo assim, posso afirmar que isso em minha trajetória de formação, pode ser visto como uma inserção marcante naquilo que se aproxima do que seria o trabalho da extensão na universidade.

É válido dizer ainda que, como professor, quando conclui a minha graduação ensinei na Faculdade de Sociologia e Política a disciplina Métodos de Técnicas de Pesquisa e isso me ajudou a construir cada vez mais meus conhecimentos sobre pesquisa sociológica, pois embora tenha feito o curso sob muita censura, muita repressão, com o AI-5 o AI-7, inclusive aplicados ao presidente do Diretório Acadêmico Josué de Castro, da Faculdade de Sociologia e Política, mesmo nessa situação adversa, havia possibilidades de acesso à literatura crítica e eu fiz uso dela como estudante e como professor.

2 REVISTA INTER-LEGERE: Como professor-pesquisador o senhor tem se destacado como um dos intelectuais brasileiros que mais tem se dedicado à pesquisa sobre a temática: educação no período da ditadura civil-militar que governou o Brasil de 1964 a 1985 e também acerca daquelas que envolvem educação, movimentos educacionais e pensamento social brasileiro, fazendo um verdadeiro trabalho de memória, de resgate de experiências exitosas. Como o senhor traduz essa espécie de “vocação” de um sociólogo pela educação em sua trajetória na UFRN?

A ação de narrar escreve Boris Cyrulnik é uma espécie de permissão para a pessoa se constituir em sujeito de sua intimidade, pois a narração lhe convida a assumir o seu lugar no mundo humano e social compartilhando sua história. É seguindo a proposição de Cyrulnik que buscarei narrar essa trajetória de professor-pesquisador, buscando respostas para a interrogação acerca de minhas escolhas e do lugar dessas escolhas em minha vida. Hoje na condição de professor titular de um departamento universitário de inegáveis qualificações acadêmicas.

Quando a Universidade criou o curso de Ciências Sociais eu não era professor e nessa época eu trabalhava na Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, e ali mantinha contato direto com os problemas sociais e educacionais.

Minha trajetória acadêmica, ou melhor, a minha atividade docente teve início em 1973 como professor da Faculdade de Sociologia e Política da Fundação José Augusto, Natal/RN.

Fui contratado para dar aula na UFRN, inicialmente como professor substituto. Por que a administração da Universidade só contratava professores que já estavam fazendo mestrado. Foi o momento em que eu havia me atrevido a fazer a seleção de mestrado na UNICAMP, e a minha dissertação foi sobre o tema da educação popular, mais precisamente sobre a Campanha de Pé no Chão também se aprende se ler, pois eu tinha um certo fascínio por aquele movimento de educação popular ocorrido em Natal, no início dos anos 1960. Afinal, concluí e defendi, em 1981, a dissertação intitulada “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler: política e educação no Rio Grande do Norte (1960-1964)” sob a orientação do professor Evaldo Vieira. Eu penso que a minha trajetória pelos temas educacionais; essa minha inserção pela educação tem a ver com algo marcante na minha vida – minha juventude como estudante atuante e meus estudos no mestrado.

Ingressei no Departamento de Ciências Sociais em 1978, onde permaneço até o presente. É aqui que tenho desenvolvido, ao longo desse tempo, as minhas atividades acadêmicas. Elas abrangem ensino de graduação

e pós-graduação, pesquisa e extensão universitária. Isto significa a meu ver, envolvimento direto com a formação de gerações e gerações de jovens, por meio de aulas teóricas e através da orientação de monografias, dissertações e teses, além de publicações decorrentes do trabalho investigativo e a participação em inumeráveis bancas ou comissões examinadoras.

Depois de vários anos de trabalho na UFRN, retornei à UNICAMP, em 1987, para prosseguir os meus estudos de pós-graduação em nível de doutorado. Serei mais breve nessa narrativa, pois estava voltando a pisar em um terreno já conhecido. Tanto eu como a minha esposa tínhamos conhecimento, fizemos amizade, não éramos estranhos na Universidade. A UNICAMP, por sua vez, perdera um pouco do charme. Além do mais, no doutorado, ira me dedicar mais à pesquisa e bem menos à realização de cursos e disciplinas.

Procurei, então, direcionar a pesquisa no sentido de levar em conta os aspectos que considerava importantes. Em primeiro lugar, o trabalho abrangeu todo o ciclo militar de 1964 a 1985 e suas respectivas políticas educacionais. Investi em analisar a natureza das intervenções militares na política brasileira, desde a Abolição, e a inflexão sofrida nos anos 30, sobretudo a partir de 1937, com o Estado Novo e as suas repercussões no campo educacional. O discurso do General Góes Monteiro é emblemático a esse respeito. Para além da “guerra fria” e da “Doutrina de Segurança Nacional”, a idéia de “Brasil-potência”, com “ordem e progresso”, ganha força e ganha materialidade com o golpe de Estado de 1964.

Essa configuração do Estado Militar e das suas políticas educacionais foi efetuada recorrendo a diversas contribuições teóricas, desde Franz Newmann, Norberto Bobbio, Florestan Fernandes, Alain Rouquié e outros, para tratar das formas de governo até a análise do processo histórico brasileiro, tomando como base o conceito de “revolução passiva”, empregado por Gramsci. Permeando a investigação, fiz uso da concepção relacional do Estado ancorada em Poulantzas e das reflexões de Claus Offe sobre forma e conteúdo das políticas públicas, para analisar as políticas educacionais do regime militar

e o seu legado histórico-social. Para tanto, realizei ampla pesquisa documental e bibliográfica, abrangendo uma temporalidade de vinte e um anos (1964-1985).

Defendi a tese, antes de completar quatro anos, em dezembro de 1990. A banca examinadora, composta pelos professores Evaldo Vieira (orientador), Dermeval Saviani, Newton Balzan, Olinda Noronha e José Luiz Sanfelice, atribuiu nota “A”, com distinção e louvor.

Como no mestrado, o trabalho repercutiu bastante e foram muitos os convites para participar de eventos, proferir conferências e palestras, ministrar cursos. Em 1993, saíria a primeira edição do livro; em 1994, a segunda; em 2000, a terceira; em 2005, a quarta edição, hoje já está na 5ª edição. As três primeiras edições foram publicadas em parceria entre a Cortez Editora e a Editora da UNICAMP. A última é uma edição solo da Cortez. Além disso, outros textos foram publicados a partir da tese em apreço (GERMANO, 1993; 1994).

O fato é que o livro vem sendo adotado nos cursos de graduação e pós-graduação em universidades de diversos pontos do país e integra a bibliografia de seleção de vários programas de pós-graduação em educação no Brasil. É considerado uma referência sobre o tema “Estado Militar e Educação”, sendo, por isso, amplamente citado em monografias, dissertações, teses, livros e artigos referentes àquele período. Convém ainda frisar que nenhum outro trabalho, até a atualidade, empreendeu uma análise das políticas educacionais abrangendo todo o ciclo militar de 1964 até 1985.

Se isso pode ser denominado de vocação sociológica pela educação não sei, mas, compreendo que evidencia minha participação na estruturação de um campo de conhecimento, o das ciências sociais, mas também o da educação, na UFRN. As constantes homenagens que tenho recebido das turmas concluintes de Ciências Sociais e mesmo de concluintes de outros cursos do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA-UFRN), como aconteceu em 1995, confirmam, imagino, um reconhecimento dessa participação estruturante. Pelas minhas salas de aula ou pelas bancas de concurso, ou de pós-graduação de que participei, passou quase metade dos

meus atuais colegas do Departamento de Ciências Sociais da UFRN. Este fato atesta, me parece, as marcas da minha presença ativa na constituição do mencionado Departamento.

O meu percurso tem sido pontilhado, em toda a sua extensão, pelos registros de atividades administrativas, de coordenação, de liderança acadêmica e de inserção no espaço público. Assim, fui eleito por três vezes, presidente da Cooperativa Cultural Universitária, bem como fui, sucessivamente, vice-coordenador do curso de graduação em Ciências Sociais, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, vice-coordenador do aludido Programa, Pró-Reitor de Extensão Universitária, vice-presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Atualmente, exerço a coordenação de um Grupo de pesquisa denominado “Cultura, Política e Educação”, integrante do Diretório do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa), que no ano em curso completa 20 anos. Esse Grupo reúne professores e alunos de graduação e pós-graduação da UFRN e de outras universidades brasileiras e estrangeiras. Além da sua agenda de pesquisa, orientação acadêmica, seminários internos, publicações, o Grupo também promove eventos de extensão universitária. Nos últimos anos tem desenvolvido uma pesquisa relevante por integrar vários pesquisadores em diferentes níveis de formação, a pesquisa Memórias do Brasil, que trata especificamente de estudos em memoriais, buscando neles o pensamento social brasileiro sobre educação e movimentos sociais. Agora em 2012 já foram realizados dois Colóquios com temática voltada para as reflexões sobre Globalização e, lembro que, em 2006, realizou o “Colóquio Globalização, Direitos Humanos e Cidadania” que contou com a presença do professor Boaventura Santos, do Centro de Estudos Econômicos e Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Centro com o qual o Grupo tem convênio de intercâmbio.

É preciso dizer que mais uma vez, sou presidente da Cooperativa Cultural, onde desde 2010 vimos fazendo um trabalho profícuo em torno da leitura e de leitores no âmbito da UFRN.

Embora o *locus* primordial da minha inserção acadêmica seja o Departamento de Ciências Sociais da UFRN, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais tenho atuado em vários outros lugares e instituições. No âmbito da UFRN, desde os anos 1980, atuo como orientador de dissertações e teses, nas áreas de sociologia, de política, e de história, no Programa de Pós-Graduação em Educação. Do mesmo modo, fui, por anos, professor de Ciências Sociais dos cursos de Especialização em Saúde Pública do Departamento de Saúde Coletiva da mesma Universidade. Fora da UFRN, tenho ministrado cursos, orientado em nível de pós-graduação *strictu sensu*, e participado de comissões examinadoras de concursos públicos para docentes, e de bancas examinadoras de mestrado e de doutorado, em diversas instituições no país. Tenho sido, igualmente, membro de conselhos editoriais de revistas acadêmicas, parecerista e consultor *ad hoc* de diversas instituições. No âmbito internacional, participei de eventos em Universidades estrangeiras e em outros espaços institucionais, coordenei sessões acadêmicas, tive trabalhos publicados em anais e sempre que me convidam para alguma atividade acadêmica se reportam ao meu trabalho acerca da educação e do Estado militar implantado no Brasil em 1964. Talvez isso se deva ao fato desse trabalho ter sido um dos primeiros publicados sobre o tema no país.

3 REVISTA INTER-LEGERE: Vimos que uma das suas atividades de gestão acadêmica foi desenvolvida na Pró-Reitoria de Extensão na UFRN. Como o senhor encarou o desafio e que atividades foram ali desenvolvidas que podem ser consideradas marcantes em sua gestão?

Confesso que fiquei surpreso quando recebi o convite do Reitor eleito para o período 1999-2003, professor Ótom Anselmo de Oliveira, para assumir a Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UFRN. Na verdade, eu tinha uma ação capilar na Universidade, havia sido seu contemporâneo na UNICAMP, quando ele fazia doutorado em Química, mas não tive envolvimento na campanha que o conduziu à Reitoria. Então, pedi tempo, para pensar, pois a

responsabilidade era muito grande e eu não estava seguro se teria condições para enfrentar tal desafio. Fui estimulado pela minha família e por amigos da Universidade e aceitei o convite.

Sempre pensei que a extensão universitária era uma área mais livre, aberta, leve, flexível, embora fosse a mais desprovida de recursos financeiros. Talvez, houvesse a possibilidade de realizar uma gestão mais inventiva do que nas áreas atadas pela burocratização e pela rigidez dos dispositivos mentais – dominantes. Penso que realizei a tarefa com razoável êxito. Antes de tudo, contei com o apoio do Reitor e da Vice-Reitora professora Técia Maranhão pessoas que eu passei a admirar pela coragem e abertura de pensamento. Pela primeira vez, a UFRN elaborou um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com suporte teórico; não era um mero enunciado de metas quantitativas. Também, pela primeira vez, a UFRN se debruçava sobre a sua prática acadêmica, o formato da ciência e da formação humana dominantes. Assim, os problemas da Universidade não resultavam apenas da falta de verbas, é claro que isto é um problema sério, ou das políticas governamentais destrutivas decorrentes do neoliberalismo. Mas eram, também, provenientes da sua própria forma de agir e se organizar. A principal âncora teórica do PDI foi Boaventura Santos, quando ele se reporta às três crises da universidade: a crise de hegemonia, a crise de legitimidade, a crise institucional. Ao lado dele, autores do porte de Edgar Morin, Hélgio Trindade, Marilena Chauí. Integrei a comissão de redação do Plano ao lado dos professores Maria Doninha de Almeida (Pró-Reitora de Graduação), Maria Pepita e Ricardo Pinheiro, ambos da Pró-Reitoria de Planejamento.

Na Pró-Reitoria de Extensão, contei com a colaboração de um grupo da maior competência para levar adiante as idéias de extensão universitária e a execução dos Programas. Tal grupo era composto pela Professora Nazaré Liberalino (Pró-Reitora Adjunta de Extensão); Marjorie Medeiros (Coordenadora do Programa “Trilhas Potiguares”); Ângela Almeida (Diretora do Núcleo de Arte e Cultura); Leonel Ribeiro e Conceição Jácome na secretaria e Anna Lygia, no trabalho direto com o gabinete; além do empenho dos integrantes do Comitê Consultivo de Extensão Universitária.

Através das diversas comissões criadas, como a Comissão Institucional de Arte e Cultura e a de Reformulação dos Museus Universitários, consegui aglutinar nomes de grande expressão na UFRN, cujos trabalhos se traduziram na formulação de projetos estruturantes. De igual modo, nos projetos sociais, a PROEX contou com a participação de professores-pesquisadores de elevadas qualificações acadêmicas. Devo citar alguns desses nomes: Hermano Machado, Ângela Almeida, Brasília Ferreira, Ceiça Almeida, Cláudio Galvão, Vani Pereira, Gustavo Rosado, Haroldo Maranhão, Vera Rocha, Marizo Vitor, Pedro Vicente, Norma Takeuti e Francisco Alves.

O trabalho desses grupos e de outros, coordenados por Nazaré Liberalino, minha adjunta, representaram uma completa reviravolta em várias áreas. Devo citar: a reformulação e ampliação da Semana de Ciência, Tecnologia e Cultura (CIENTEC), transformando-a em um evento de grande porte; a elaboração do Projeto do “Liceu das Artes”, como espaço de extensão universitária, no prédio centenário do antigo Liceu de Artes e Ofícios; a elaboração e desencadeamento do processo de reformulação dos museus universitários, a começar pelo Museu Câmara Cascudo, a elaboração do Projeto da Escola de Extensão “Paulo Freire”; a realização de exposições de artistas renomados e de jovens artistas, através do Núcleo de Arte e Cultura (NAC), a exemplo das exposições de Caribe, Dorian Gray, Acervo da Caixa Econômica Federal e de Erasmo Nascimento; aquisição e patrocínio do “Circo da Cultura”, pelo NAC; publicações de livros resultantes de pesquisa/extensão; publicação de catálogos com obras artísticas; reformatação do Programa “Trilhas Potiguares” e dos Programas de EJAs, inclusive com o início do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); incremento da Universidade do Trabalho (Unitrabalho), em convênio com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e desenvolvimento do Programa “Engenho dos Sonhos”, com jovens da periferia de Natal, através do patrocínio da Fundação Kellog; incorporação da extensão universitária ao currículo de formação na graduação através da disciplina “Saúde e Cidadania” (SACI); publicação do Jornal Da

Vinci, encarte mensal de divulgação científica do Diário de Natal; intercâmbio com Universidades brasileiras e portuguesas, entre outros.

A PROEX/UFRN publicou nesse período alguns livros resultantes de projetos e atividades de extensão, entre os quais destaco os seguintes: Maria da Conceição de Almeida *et. al* (Orgs.): “Polifônicas Idéias: por uma ciência aberta”, publicado pela Editora Sulina, com a chancela da PROEX/UFRN, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e do Instituto Internacional para o Pensamento Complexo. O livro resulta de um projeto de extensão coordenado por Ceiça Almeida durante mais de três anos de discussão sobre o novo fazer científico, mediante publicação de artigos em jornal, palestras e seminários na Universidade e na rede escolar pública. Norma Takeuti, “No outro lado do Espelho: a fratura social e as pulsões juvenis”, publicado pela Editora Relume Dumará, com a chancela da PROEX-UFRN e do “Fórum Engenho dos Sonhos”. A obra resulta de uma pesquisa de intervenção, portanto, de caráter extensionista, com menores abandonados ou relegados sociais, como a autora prefere chamar. A PROEX participou ainda da edição de livros produzidos pelo “Café Filosófico”, projeto de extensão coordenado pelo professor Oscar Frederico, do Departamento de Filosofia/UFRN. Da mesma forma, publicou os livros: “Reforma do Pensamento, Extensão Universitária e Cidadania”, organizado pela professora Nazaré Liberalino; e “Caminhos do Rio Grande do Norte”, organizado por mim. Ambos resultam do pensamento acerca da extensão universitária e da sua prática na UFRN naquele período (1999-2003).

Devo registrar, outrossim, que participei dos principais parlamentos da UFRN, enquanto estive à frente da PROEX. Assim, integrei o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), sendo presidente da sua Câmara de Extensão, bem como fui membro do Conselho Universitário, o mais alto colegiado da UFRN. Aprendi bastante nesses parlamentos, assim como ampliei o meu conhecimento sobre a Universidade. Confesso, no entanto, que poucas vezes se debateu ali os destinos da Universidade. Quase sempre predominaram discussões burocráticas ou disputas políticas, tendo em

vista as eleições para Reitor, disputas salutaras, mas como elas ocorrem, freqüentemente, acabam por sacrificar projetos de interesse institucional.

Convém frisar que o trabalho desenvolvido na PROEX repercutiu no Fórum de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Desse modo, fui eleito por unanimidade coordenador regional do Fórum, mas não cheguei a assumir, pois fui eleito em Florianópolis, durante o XVIII Fórum Nacional de Extensão, Vice-Presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, para o período 2002-2003, tendo como Presidente o Pró-Reitor Edson Correia, da UFMG. No Fórum Nacional, fui ainda coordenador da área de educação e seu representante na Comissão Nacional de Formação de Professores, instituída pelo Ministério da Educação. Finalmente integrei o Comitê Científico do I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, que reuniu na UFPB, em novembro de 2002, cerca de cinco mil participantes.

Estou chegando ao final deste relato, feito de caminhos entrecruzados e longo percurso. Reservei este momento para celebrar a sensibilidade ao recordar eventos de que participei como integrante da administração da UFRN na gestão do Reitor Ótom Anselmo, e que guardo indelévels na lembrança: 1) ter participado da investidura das vestes talares no pensador Edgar Morin, por ocasião da solenidade de entrega do título de Doutor *Honoris Causa* da UFRN, na noite memorável de 07 de junho de 1999; 2) ter sugerido ao Magnífico Reitor, que propusesse ao Conselho Universitário, a concessão do título de Doutor *Honoris Causa* ao escritor Ariano Suassuna, o que ocorreu em 2001. Com isto, a UFRN foi a primeira Universidade a conceder tal título ao grande escritor; em seguida foi a USP.

Contudo, o que mais me orgulha, foi ter participado ativamente de todos os passos que redundaram na entrega do título de Doutor *Honoris Causa* à atriz Bibi Ferreira, na noite esplendorosa de 21 de dezembro de 2002, sugeri ao Professor Ótom Anselmo a concessão do título, participei da elaboração do dossiê a ser apresentado no Conselho Universitário e fui o relator do processo naquele Colegiado, o qual foi aprovado unanimemente. Em seguida, sugeri ao Reitor que concedesse o título em praça pública, antes de uma apresentação

da atriz e cantora, assim como propus que convidasse a professora Ceíça Almeida para falar em nome da UFRN. O Reitor incumbiu-me de fazer o convite a Bibi Ferreira. Confesso que tive receio de encarar um mito, mas segui. Ao oitenta e dois anos, encontrei-a ensaiando no Teatro Alberto Maranhão. Interrompi e fiz o comunicado. Ela apertou a correspondência junto ao peito e chorou. Disse que aquela era a maior homenagem que havia recebido.

Não posso esquecer daquela noite memorável. O anfiteatro da UFRN repleto, cerca de cinco mil pessoas presentes. O público ouviu em silêncio o belo discurso proferido por Ceíça, interrompido várias vezes por aplausos. Bibi Ferreira falou, em seguida, muito emocionada. Depois da solenidade, ali mesmo no palco, telefonou para a família no Rio de Janeiro e disse: *agora sou doutora*.

A noite prosseguiu bela, com Bibi Ferreira interpretando canções de Edith Piaf e Amália Rodrigues, acompanhada pela orquestra e coro da UFRN, além de guitarristas portugueses, cerca de 150 músicos, sob a regência, respectivamente dos maestros Nelson Mellin e André de Oliveira. A beleza foi indescritível.

Eu estava muito emocionado, com a leve sensação que aquela era uma noite de celebração e despedida. Despedida da PROEX e de um jeito de fazer universidade com sensibilidade, afeto e esperança. As palavras não comportam, talvez, os segredos da alma. Como diz Cecília Meireles: “As palavras aí estão uma por uma: porém minha alma sabe mais.”

A celebração desse momento demonstra que estou me referindo à extensão como uma prática acadêmica, como modo de “fazer Universidade” fora das suas quatro paredes. É a Universidade que se insere no espaço público, que articula e dialoga com diferentes saberes científicos e não científicos, procurando minimizar a fragmentação do conhecimento e a burocratização da educação e do saber; mostrando para a comunidade o que ela faz e poderá fazer...

Nessa perspectiva, é claro que a extensão universitária não é uma terceira função, uma vez que tem como corolário o ensino, a pesquisa, a produção artística e cultural, isto é, tudo que a Universidade faz. Assim, se ela se nutre do ensino, da pesquisa e da produção artística e cultural, estas áreas, por sua vez, são também alimentadas pela extensão universitária.

Na verdade, existem experiências riquíssimas de extensão universitária que são desconhecidas, desvalorizadas ou que foram desativadas, pois fogem aos cânones consagrados. A ênfase é voltada para valorizar o que é feito “para dentro”, as atividades endógenas, e desvalorizar o que é feito “para fora” ou seja, as atividades de inserção no espaço público da Universidade, seus professores e estudantes. Essas atividades são tidas como destituídas de rigor científico.

Assim, penso que o nosso maior desafio foi trabalhar tentando minimizar na gestão os efeitos de uma visão de Universidade que rompe com o tecnicismo e cientificismo exacerbado. Não negamos a ciência e nem a técnica. Mas, defendemos uma Universidade mais ampla aquela com a possibilidade de dialogar, de incorporar outros saberes, de se aproximar mais da sociedade, de ter um papel mais importante na constituição da sociedade, no sentido da disseminação do que se chama cidadania. Aquela em que o estudante possa ter uma qualificação social, um enfrentamento dos problemas, com críticas fundamentadas. É com esse direcionamento que proponho sempre que ao disseminar, ao dialogar, ao contribuir com a organização de grupos nós inserimos na formação um papel social para os alunos na organização da sociedade civil, notadamente nas atividades extensionistas.

Temos assim, uma visão de que a Universidade não pode ser analisada apenas do ponto de vista das políticas públicas para a instituição. Não são apenas as políticas governamentais que devem guiá-la, mas a sociedade; a compreensão de seu entorno... Nós não podemos apenas analisar as políticas neoliberais que atingiram duramente as Universidades. Nós podemos analisá-las, eu as analisei em vários artigos, capítulos de livros, mas temos também que propor algo, para não trabalharmos no vazio. É claro que, as críticas a

essas políticas são necessárias, mas a certo ponto eu cheguei a conclusão de que isso é insuficiente. Porque é necessário meditar sobre aquilo que a Universidade faz e como ela faz: isso é produzir conhecimento, é educar. Ela faz isso de forma fragmentada, de forma isolada, de forma instrumental. Esta é uma forma hegemônica. Da minha parte é uma insatisfação pensá-la só assim. E há algo na extensão, que me agrada é a de ser a área menos atrelada, a órgãos como o CNPq, como a CAPES. Através disso a Universidade pode fazer a sua própria política. A ideia de uma Universidade aberta, difundindo a ideia de reforma do pensamento é algo inovador e o mesmo tempo criativo. Vamos criticar a política, vamos fazer outra política, mas vamos pensar, vamos meditar, vamos viver aquilo que a gente faz de forma reflexiva e imaginativa. Trazendo o nosso quer fazer para a discussão e o diálogo com a sociedade. Fazer que, em geral não é posto em questão nem mesmo no ensino, em sala de aula com os alunos. É junto com essa visão da Universidade, que vem também uma visão de extensão universitária, porque nós nunca admitimos que a Universidade fosse realmente, ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, posso dizer que a extensão sempre foi vista como a área mais pobre, menos acadêmica, menos científica. Para alguns, só faz extensão quem não tem competência na área de pesquisa, na área de ensino. E aí vem uma concepção de pesquisa muito estreita porque descarta a pesquisa básica e a pesquisa aplicada, enfim, a pesquisa-ação. Então, nós procuramos e nos esforçamos, enquanto grupo na Pró-Reitoria de Extensão, como portadores de uma visão de Universidade voltada para o diálogo com a comunidade a desafiar os cânones instituídos ideando a extensão como uma forma de fazer Universidade.

4 REVISTA INTER-LEGERE: O Programa de Ensino e Extensão Saúde e Cidadania vinculado a Pró-Reitoria de Extensão é um dos mais exitosos da UFRN nos últimos anos. Qual foi o empenho do senhor na gestão da Pró-Reitoria de Extensão para concretizar esse Programa na área da saúde e quais foram às dificuldades encontradas?

As dificuldades encontradas de maneira geral decorrem dessa forma tradicional de pensar a Universidade que vimos tratando. Isto porque os nossos dispositivos mentais são muito rígidos e é difícil de serem mudados. Há uma ideia de que o ensino tem que ser dentro de quatro paredes e em laboratórios. É claro que nós não estamos pretendendo abolir o ensino em quatro paredes, o ensino em laboratórios, ou em bibliotecas. A ideia não é essa. Mas podemos fazer uma Universidade também que saia dos gabinetes, dos laboratórios e bibliotecas para dialogar com o mundo. Então, as dificuldades principais foram de ordem dos dispositivos mentais e de ordem legal, de extensivos amarramentos e de rigidez normativas. É tanto que, diante dessas dificuldades o Programa foi obrigado a assumir uma dimensão disciplinar, entrar nas estruturas curriculares com todos os aspectos inerentes a esse enquadramento. Quando a proposta tem um caráter transdisciplinar, multidisciplinar; sabemos há uma maior abertura para o mundo das artes, da estética, do lazer. O SACI surge na área da saúde, porque lá existia o Projeto UNI Natal financiado pela Fundação Kellogg e tratava-se de um projeto de reforma na área de saúde. Mas, ele vai ganhar força porque nós vamos aderir essa ideia, vamos ampliar, divulgar e lutar contra essa rigidez normativa e contra esses dispositivos mentais inflexíveis. Contra as formas de resistências de certo modo obsoletas. Mas, depois o Programa SACI acabou sendo aceito, mesmo no formato de uma disciplina que começou com um número ínfimo de alunos e de repente é um auditório cheio deles. Depois houve a aceitação do próprio reitor, ou seja, havia na gestão da Universidade a ideia de inovar, de renovação e de pensar em mudança de paradigma. Sinalizava-se na época o sentido de fazer uma Universidade de outra forma: de não ser uma Universidade apenas pautada na ciência e na técnica, mas na cultura. Aquela capaz de rejuntar o que está separado, se esforçar para isso. Dialogar com outros saberes e assim por diante.

Na experiência do SACI os conteúdos veiculados é uma forma de encarar a saúde, não como a ausência de doença, mas algo que diz respeito a uma globalidade da sociedade e a uma maneira do aluno se vê em seu

contexto mais amplo, como ser social. Algo ligado à cidadania no sentido de direitos e também deveres. No sentido que diga respeito às condições de vida, não apenas de si, mas do outro que com ele convive. Esses conteúdos desenvolvidos diretamente na comunidade; diz respeito à metodologia. Esse método diz respeito a essa visão e está vinculada a ela. É uma coisa dialogada e não imposta. É o sentido aqui, se nós quisermos colocá-lo em um arcabouço de pensamento, o sentido dado por Paulo Freire, é um esforço para fazer uma educação problematizadora. E é um esforço para romper com aquilo que ele chama de uma educação bancária. É esse o esforço no enfrentamento da realidade.

Quem estuda numa Universidade pública em um país como o nosso é um privilegiado e, muitas vezes, não sabe o que se passa na sociedade, a não ser quando vê nas imagens da televisão. Porque em geral o percurso que ele faz da Universidade para casa é um bom percurso: belas casas, belos edifícios, jardins. Frequentemente ele anda de automóvel, ou fazendo um pequeno percurso de ônibus. É diferente de ver um assentamento de reforma agrária, uma favela. Então, o Programa é uma metodologia de confronto com a realidade. Está aqui uma das dimensões do que denominamos de função social da Universidade. A função de formar professores, de formar físicos. Fazer com que esses alunos se aproximem mais da maioria da população, feita de excluídos, de pessoas em situação de dificuldades. Para que assim, se possa fazer uma Universidade que é financiada por esse povo, e este possa receber dela um pouco mais do que ela de fato lhes dá na verdade. Ou seja, é uma forma, como diz Humberto Maturana de retornar para o país e ao seu povo o muito do que dele recebe. Eu acho que isso deveria ser um compromisso dos alunos quer fossem bolsistas ou não bolsistas. Se estudam numa Universidade pública, gratuita, teriam que dar de alguma forma um retorno ao país, lutar pela melhoria das condições existenciais de seu povo. Teriam que manter contato com a cultura, com a diversidade cultural. Teriam que desenvolver uma sensibilidade maior com os problemas sociais. Para terem a possibilidade de pensar o país, pensar coletivamente, como cidadãos. Acredito que a ausência dessa formação faz com que eles pensem sempre o

que o mercado quer e, que predomine a formação individual, o pensar desprovido de compromisso com o outro que financiou seus estudos na labuta do dia-a-dia.

5 REVISTA INTER-LEGERE: Na resposta anterior o senhor trata um pouco da questão da formação para a cidadania. Então, como o senhor percebe a compreensão de cidadania que se pode apreender na formação dos alunos participantes de um Programa como o Saúde e Cidadania (SACI)?

Nós temos que pensar um pouco mais em cidadania. A cidadania é diferente de favor. Porque esta é uma relação autoritária, paternalista, clientelista e é muito comum na nossa cultura política. Em primeiro lugar se pensa desse modo. Nós não podemos pensar uma ideia de cidadania na escravidão, em relação à servidão. Não existe cidadania quando existem súditos. A cidadania pressupõe a existência de um espaço público, que é um espaço que é comum a todos. Supõe a ideia de direitos e de democracia. A formação cidadã a meu ver é essa formação que procura pensar a coletividade e procura pensar criticamente o país e até o mundo. Que procura fazer uma formação que dialogue com a sociedade e com todos os setores sociais, principalmente, com aqueles setores que constituem a maioria; que procure repartir, socializar o conhecimento do qual ele é portador; passar o conhecimento que adquiriu na Universidade, mais procure também aprender; que dê uma contribuição na organização da sociedade civil. Essa visão tornar-se cidadão passa pelo parabéns! você é um bom Engenheiro, bom Arquiteto tecnicamente falando, ou um bom Advogado. Mas que seja capaz de pensar criticamente o seu país. E seja capaz de agir no espaço público, aquele que é comum a todos. E, portanto, atuar no espaço democrático. Dificilmente, se pergunta que país você quer? Sobre a coletividade: que mundo queremos? Será este com tantas relações desiguais? Geralmente, se pergunta: o que o mercado quer? Então, isso é individualizar.

O foco do SACI é o que diz respeito à dimensão do direito, do fortalecimento da esfera pública, caminha nessa direção, isso que é a dimensão cidadã. Cidadã não somente para o aluno que vai lá, que está no processo de formação, e esse é o papel da Universidade. Não se deve formar apenas em quatro paredes, mais dentro do que está se passando na sociedade. Mas também cidadania no sentido daquele que está interagindo com a Universidade.

Penso repito, que a prática formativa pela via da extensão universitária em sua visão acadêmica, traz em suas perspectivas uma formação voltada para o exercício da cidadania.

Essa é uma das razões de fazer da extensão universitária uma prática constante da minha vida acadêmica e tenho a pretensão que prossiga nos próximos anos. Para mim, ela significa a inserção dos intelectuais universitários no debate público dos problemas do seu tempo e da sociedade brasileira. É um exercício de cidadania do qual não pretendo abdicar, praticando-a nas mais diversas formas, sempre como participação seja no ensino, seja na pesquisa um diálogo vivo com a extensão universitária.

Peço permissão para encerrar essa entrevista com uns versos de Fernando Pessoa: “Da minha aldeia vejo o quanto se pode ver do universo. Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer”.